

**Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar  
Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA**

CNPJ nº 24.232.886/0168-37

CNPJ 11- 24.232.880/0108-37

<i>continua</i>				
<b>5. Contas a Receber: Descrição</b>	<b>2.016</b>			
Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará - Faturado	5.189.332			
Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará - A faturar	15.984.445			
	<b>21.173.777 11.403.839</b>			
<b>Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará - Faturado:</b>				
Correspondem aos valores a receber junto a Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará, pela emissão de notas fiscais através de valores acordados via ofícios, respaldado pela celebração do contrato de gestão hospitalar. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante 5.189.332, <b>Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará - A faturar:</b> Correspondem aos valores a receber junto a Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará, para os quais ainda não foram emitidas as notas fiscais. Basicamente, essa rubrica corresponde a diferença entre o valor celebrado no contrato de gestão e os faturamentos realizados. A contrapartida dos registros está apresentada no passivo na conta receita referida.				
<b>6. Estoques: Descrição</b>	<b>2.016</b>			
Medicamentos	1.430.114			
	<b>438.406</b>			
<b>8. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar</b>	<b>2.016</b>			
<b>a) Composição: Itens</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>2.015</b>
<b>Imobilizado</b>				
Equipamentos telefônicos	29.005	(5.703)	23.301	19.943
Equipamentos de Informática	1.092.497	(147.755)	844.742	235.275
Equipamentos de Infraestrutura	312.303	(221.104)	91.200	60.549
Maquinaria e equipamentos	2.903.932	(22.933)	2.880.000	692.037
Móveis e utensílios de escritório	860.304	(63.849)	796.455	148.443
Móveis e utensílios hospitalares	509.196	(24.491)	484.705	300.864
Adiantamento a fornecedores	1.124.844		1.124.844	393.750
	<b>6.831.242</b>		<b>(485.832)</b>	<b>6.345.409</b>
<b>Intangível</b>				
Direito de uso de software	615.263	(52.198)	563.065	51.257
	<b>615.263</b>		<b>(52.198)</b>	<b>563.065</b>
<b>Subvenções a realizar</b>				
Subvenções governamentais *	(6.908.474)		-	
	<b>(6.908.474)</b>			
* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, softwares de gestão e ampliação de instalações cirúrgicas, sendo apropriada no resultado com base no valor da depreciação correspondente aos bens.				
<b>b) Movimentação: Itens</b>	<b>Saldo em 31/12/15</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/16</b>
Equipamentos telefônicos	20.281	8.724	-	29.005
Equipamentos de informática	241.686	850.811	-	1.092.497
Equipamentos de Infraestrutura	64.278	248.025	-	312.303
Maquinaria e equipamentos	700.321	2.202.772	-	2.903.932
Móveis e utensílios de escritório	151.501	708.803	-	860.304
Móveis e utensílios hospitalares	305.166	204.030	-	509.196
Adiantamento a fornecedores	393.750	731.094	-	1.124.844
(-) Depreciação	(26.152)	(459.680)	-	(485.832)
	<b>1.850.831</b>	<b>4.954.259</b>		<b>(459.681)</b>
<b>Total imobilizado</b>				<b>6.345.409</b>
Direito de uso de software	53.110	562.153	-	615.263
(-) Amortização	(1.853)	(50.346)	-	(52.198)
	<b>51.257</b>	<b>562.153</b>		<b>(50.346)</b>
<b>Total intangível</b>				<b>563.065</b>
<b>Total Imobilizado e intangível</b>				<b>5.908.474</b>
Subvenções governamentais	(1.902.088)	(5.516.412)	510.026	(6.908.474)
<b>Total intangível</b>				<b>(1.902.088)</b>
<b>c) Taxas de depreciação e amortização:</b> As taxas de depreciação e amortização praticadas são:				
<b>Descrição</b>	<b>Taxa ao ano</b>			
Equipamentos telefônicos	20,0%			
Equipamentos de informática	20,0%			
Equipamentos de Infraestrutura	10,0%			
Maquinaria e equipamentos	10,0%			
Móveis e utensílios de escritório	10,0%			
Móveis e utensílios hospitalares	10,0%			
Direito de uso de software	20,0%			
<b>9. Fornecedores: Descrição</b>	<b>2.016</b>	<b>2.015</b>		
Materiais e medicamentos	1.613.366	762.659		
Serviços de terceiros pessoa jurídica	498.893	127.272		
Imobilizado	20.238	46.208		
	<b>2.132.497</b>	<b>936.139</b>		
<b>10. Honorários Médicos:</b> Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:				
<b>Descrição</b>	<b>2.016</b>	<b>2.015</b>		
Honorários médicos pessoa jurídica	420.195	229.701		
	<b>420.195</b>	<b>229.701</b>		
<b>11. Obrigações Sociais e Trabalhistas</b>				
<b>Descrição</b>	<b>2.016</b>	<b>2.015</b>		
Salários e ordenados	801.506	415.600		
Provisão dissídio coletivo (a)	361.493			
FGTS	105.976	42.609		
INSS	83.123	41.845		
Provisão de férias e encargos	1.124.801	266.866		
Outras	55.402	41.974		
	<b>2.532.301</b>	<b>808.894</b>		
<b>(a) Provisão para dissídio coletivo:</b> Em Setembro de 2016 o SINTHOS, sindicato dos profissionais de enfermagem, técnicos, etc. do Estado do Pará, deverá divulgar o índice de reajuste salarial. Entretanto, até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras as partes envolvidas ainda não haviam chegado a um acordo. Para fazer face a essa despesa com a provisão para dissídio coletivo foi constituída pela administração, considerando o percentual de reajuste de 9,5%, a partir de setembro de 2016.				
<b>12. Receita Diferida:</b> Corresponde aos valores pactuados com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para utilização no custeio mensal e investimento em máquinas e equipamentos da unidade.				
<b>Descrição</b>	<b>2.016</b>	<b>2.015</b>		
Subvenção para investimento	1.021.405	3.339.205		
Subvenção para custeio	23.034.289	15.000.000		
	<b>24.055.695</b>	<b>18.339.205</b>		
<b>Dom Eurico dos Santos Veloso</b>	<b>Jocelmo Pablo Mews</b>			
Presidente	Diretor Geral da Pró-Saúde			
Michael R. Cansanção da Silva - Contador local - CRC: PA 010610/0-2				
<b>Alba Lúcia de M. Sá Muniz</b>	<b>Tatiane Aparecida dos Santos</b>			
Diretora Geral do Hospital	Diretora Financeira do Hospital			
Renato Souza de Almeida - Contador geral - CRC: 1SP 218068/O-6 "S" - PA				

apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

**19. Drogas Materiais e Medicamentos**

<b>Descrição</b>	<b>2.016</b>	<b>2.015</b>
Medicamentos	(3.971.698)	(32.690)
Materiais de uso do paciente	(1.619.701)	(67.539)
Gêneros alimentícios	(280.350)	(2.987)
Órtese e prótese	(263.714)	-
Dísta enteral e parenteral	(142.295)	-
Gases hospitalares	(99.434)	-
Tecidos, confeções, uniformes e enxovals	(394.348)	(139.400)
Materiais de limpeza e lavanderia	(637.945)	(74.101)
Impressos e materiais de Expediente	(267.118)	(18.554)
Ajuste de inventário físico	(436.670)	53.026
Materiais de conservação e reparos	(282.957)	-
Materiais descartáveis	(124.736)	-
Outros	(284.952)	(25.129)
	<b>(8.805.918)</b>	<b>(307.155)</b>

**20. Despesas Gerais e Administrativas**

<b>Descrição</b>	<b>2.016</b>	<b>2.015</b>
Energia elétrica e telefone	(1.124.657)	(164.884)
Depreciação e amortização	(510.026)	(28.005)
Manutenções	(199.324)	(57.749)
Prêmios de seguros	(67.782)	-
Condução e táxis	(71.099)	(55.593)
Viagens e ajuda de custo	(329.473)	(18.528)
Provisão por irrecuperabilidade de ativos	(393.750)	-
Outras	(149.021)	(90.017)
	<b>(2.845.132)</b>	<b>(1.725.901)</b>

**21. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>2.016</b>	<b>2.015</b>
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	5.468.448	8.795.912
Recebíveis		
Contas a receber	21.173.177	11.403.839
Partes relacionadas	493.339	
	<b>27.134.964</b>	<b>20.199.751</b>
<b>Total</b>		
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	2.132.497	936.139
Honorários médicos	420.195	229.701
Partes relacionadas		129.735
	<b>2.552.692</b>	<b>1.295.575</b>

**Risco de liquidez:** O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista e depende da realização financeira do Contrato de Gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **22. INSS Cota Patronal:** (a) **Certificado de Entidade Beneficiente de Assistência Social:** Em 25 de setembro de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a renovação do CEBS (Certificado de Entidade Beneficiente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 28 de junho de 2012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBS (Certificado de Entidade Beneficiente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que ainda não foi julgado até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras. O CEBS esteve válido durante todo o exercício de 2.016 por determinação de § 3º, § 3º, do Decreto nº 5.536/98, revogado pelo Decreto 7.237/10, que reviu: "Art. 3º. O protocolo dos requerimentos de renovação de serviços com prova de efetivação e julgamento do processo pelo Ministério competente." A Pró-Saúde apresenta os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBS, o que lhe reconhece a imunidade em relação a impostos. (b) **Apresentação da Cota patronal:**

A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 15 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. (c) **Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em conta de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **23. Contribuições Sociais Usufruídas:** A Pró-Saúde Associação Beneficiente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA, é uma filial da Pró-Saúde, entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destaca-se: PIS (Programa de Integração Social): A entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

<b>Descrição</b>	<b>2.016</b>	<b>2.015</b>
Contribuição para o financiamento da seguridade social	1.324.058	122.362
Contribuição social sobre o superávit	-	45.317
Contribuição patronal ao INSS	2.977.587	341.072
	<b>2.977.587</b>	<b>341.072</b>
	<b>4.301.645</b>	<b>508.751</b>

**24. Pacientes Atendidos:** A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S. em 60%, para fins de gratuidade.

continua

►continuação

**Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras**

**Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração preenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belém, 17 de Fevereiro de 2.017.

**LM Auditores Associados**  
CRC 2SP018.611/0-8

**Mauricio Diacoli**  
CRC 1SP129.562/0-5 "S" - PA

Protocolo: 1622300

